

Estamos prontos para a rastreabilidade?

Paulo Roberto Andrade Cunha

Está na Instrução Normativa 01, de 10/1/2002, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: “Todos os criatórios voltados a produção de carne bovina para o comércio internacional com os países-membros da União Européia – UE – deverão integrar o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina – Sisbov – até o mês de junho de 2002. A partir dessa data, essa condição constituirá requisito indispensável para habilitar-se à exportação para aquele mercado; já para os criatórios que exploram animais cuja produção esteja voltada para os demais mercados importadores, o prazo final será dezembro de 2003”.

Como pecuarista, estou terrivelmente preocupado com o cronograma da legislação sobre rastreabilidade bovina; como dirigente de classe, entendo que faltam ainda definições mais claras sobre o processo, apesar de estar às vésperas de vencer uma etapa – a do atendimento das exigências dos nossos maiores compradores, os europeus. Até o final de junho quem produz carne para exportação para essa região terá de ter, obrigatoriamente, a rastreabilidade implantada em sua fazenda. Ora, mas como isso é possível se ainda não há definição clara da certificação de origem, fator imprescindível no processo?

A questão da rastreabilidade bovina ainda não foi discutida como deve por produtores e órgãos governamentais. A exigência da UE, ao que me consta, é antiga mas apenas recentemente

chegou até os pecuaristas a necessidade de agilizá-la. Conseqüência direta disso: ainda há muitas informações a esclarecer ante a necessidade de satisfazer nossos parceiros comerciais e dar condições a nós, pecuaristas, de aderir a esse processo.

De qualquer maneira, para mim fica a certeza de que o prejuízo, se ocorrer, será apenas nosso. Afinal, que culpa tem a UE se não fazemos ainda rastreabilidade? O mercado mundial de carne, de cerca de 7 milhões de toneladas anuais, é bastante concorrido. Austrália e Estados Unidos, juntos, respondem por cerca de 2,5 milhões de toneladas/ano, deixando cerca de 65% para os demais países, entre os quais o Brasil. Nos últimos dois anos, a vaca louca na Europa e a febre aftosa na Argentina e no Uruguai foram positivas para nós, que saltamos de uma posição intermediária para a terceira posição entre os maiores vendedores. Em 2001, por exemplo, o Brasil exportou o equivalente a 789 mil toneladas de carcaça, com receita de US\$ 1,013 bilhão: crescimento de 28% sobre o ano anterior. Nos primeiros quatro meses de 2002, novo aumento de 26,6% sobre igual período de 2001, com negócios de US\$ 337 milhões. Os números são altamente positivos, não resta dúvida, mas lançam sobre nós pecuaristas um desafio sem precedentes: precisamos estar aptos a aproveitar esse bom momento e fincar posição, oferecendo carne de qualidade e na quantidade necessária para atender ao mercado internacional.

É nesse contexto que a questão mal resolvida da rastreabilidade pode ser um fator negativo, travando o desempenho das vendas externas de carne bovina. Por outro lado, também precisamos lembrar que os preços internos ainda não foram beneficiados com o aumento das exportações. A média de 17 a 19 dólares por arroba mantém-se, enquanto sabemos que o nível ideal de preços está acima do patamar de 20 dólares/arroba. De qual-

quer forma, contamos com que a manutenção dos bons resultados em exportação seja o ingrediente para alavancar as vendas internas de gado em pé. Uma coisa puxa a outra, é o que esperamos.

Está claro que o cenário exige discussão apurada e detalhada da pecuária brasileira e de todos os temas emergentes que passam a incidir diretamente sobre os resultados de nosso negócio. A rastreabilidade é um desafio imediato que precisa merecer atenção do governo, dos produtores e das indústrias envolvidas. É por isso que a intensificação da discussão sobre o tema foi uma das prioridades do IV Encontro Nacional do Boi Verde, evento ocorrido no período de 29 a 31 de agosto de 2002, em Uberlândia, MG, com promoção do Sindicato Rural de Uberlândia em parceria com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ –, Federação da Agricultura de Minas Gerais – Faemg – e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Os pecuaristas precisam, mais do que nunca, sentarem-se à mesa para, juntos, defender os seus direitos, sob risco de perder esse momento histórico e ter apenas arrependimento mais tarde.

Paulo Roberto Andrade Cunha, presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, fone: (034) 3222-1000, e-mail: camaru@camaru.org.br.

Produção orgânica de frutas

Carlos Roberto Martins e
Roseli de Mello Farias

É maior, a cada dia que passa, a tendência e o interesse em pesquisar, estudar e acompanhar

o desenvolvimento de métodos e práticas e o próprio comportamento produtivo das frutíferas sobre os sistemas de produção orgânica, agroecológico ou biológico de frutas ou qualquer outro alimento por instituições privadas ou públicas. Aliado a isto, cresce a consciência do consumidor frente à qualidade do produto final. Inicialmente buscavam-se frutas com boa aparência, tamanho, coloração e uniformidade. Embora nestes requisitos muitas frutas ainda deixem a desejar, o mercado passou a exigir novos atributos. Nesta nova fase, são contemplados aspectos ligados às características organolépticas, à segurança alimentar e à proteção ao meio ambiente.

Desta maneira, muitas das ultrapassadas resistências, marginalizações e até mesmo discriminações vão sendo incorporadas e absorvidas pelo desenvolvimento da consciência da sociedade, da necessidade da sustentabilidade de qualquer propriedade empresarial ou familiar, seja no ramo da produção de carne, grãos ou frutícola. Isto pode ser explicado em parte pela forma em que se apresentam os fatos, pois, à medida que se foi e se vai tomando a noção dos problemas associados como a moderna agricultura intensiva, mediada pela maximização da produção e do lucro, a produção orgânica foi e vem sendo empregada e utilizada como uma prática meramente “alternativa”. E isto, de certa forma, criou um imenso antagonismo contra a produção orgânica pelos estudantes, técnicos, pesquisadores, produtores e todos aqueles que se sentiam repudiados pelos seus esforços realizados até ali para alimentar e desenvolver o mundo.

Ao que parece, a produção orgânica de alimentos em geral deixou de ser um nicho de mercado e

passou a ser um segmento importante. Um dos segmentos de alimentos que mais crescem na atualidade e com destaque é o das frutas *in natura*. O mercado está aberto para “novas” frutas, especialmente as que contemplem qualidade organoléptica, sanidade, preços competitivos, sem vantagens econômicas espúrias e embutidas, além de regularidade de oferta.

Os princípios deste sistema de produção têm como finalidades conservar os recursos naturais, melhorar a qualidade das frutas, buscando a produção econômica de frutas e sem resíduos de agroquímicos, reguladores de crescimento ou aditivos compostos sinteticamente, e, ainda, ser um sistema de produção agrícola socialmente mais justo e equilibrado.

Em síntese, este sistema baseia-se no uso de esterco animal, rotação e intercalagem de cultura, adubação verde, compostagem, cultivares resistentes a doenças e pragas, sendo estas mais adaptadas às condições da região, e também na utilização de controle biológico de pragas e doenças. Desta maneira, busca-se minimizar o impacto sobre o ambiente e o equilíbrio ecológico é mantido, procurando manter a estrutura e a produtividade do solo em harmonia com a natureza.

Este tipo de manejo exige, em primeira instância, uma dedicação maior ao pomar, com maior utilização de mão-de-obra, o que pode ser visto como uma boa oportunidade para criação de empregos e manutenção da fruticultura familiar. Dependendo da forma como o manejo e as técnicas de produção são empregados, os custos de produção de algumas frutíferas são ao menos equivalentes aos do sistema convencional, já que o aumento em mão-de-obra é compensado pelos gastos com insumos como adubos minerais e agroquímicos.

No Brasil a produção orgânica já é regulamentada por lei, mais precisamente pela Portaria 007, de maio de 1999 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa –, que normaliza e indica como deve ser feita a produção orgânica no País.

Na Europa, a agricultura orgânica é uma atividade agrícola baseada somente na utilização de insumos naturalmente presente no ambiente, não sendo permitido a utilização de substâncias químicas sintetizadas pelo homem, sendo regulamentada pela Lei Européia 2092/91.

Atualmente o mercado de produtos orgânicos vem crescendo em todo o mundo. Dados da Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO – indicam que, em 1997, o mercado mundial movimentou U\$ 8,7 bilhões, e desde 1990 vem aumentando 20% a 25% ao ano. O Brasil demonstra toda a tendência de seguir este mesmo caminho.

Além de ser um dos segmentos que mais cresce no setor de alimentos, os produtos orgânicos alcançam preços, em média, até 20% superiores aos produzidos de forma convencional. Um exemplo é o suco orgânico de laranja, que é comercializado no Brasil pelo dobro de preço. Entretanto, é um segmento de mercado pequeno ainda, representa 2% a 3%, se comparado com o todo. Por isso, cautela e seriedade são indispensáveis neste tipo de produção para fidelização da clientela, pois a oportunidade existe tanto em nível de mercado interno brasileiro como externo.

O que se deve levar em conta no caso do mercado internacional é que produtos orgânicos podem ser, sim, uma maneira “camuflada” para um novo tipo de protecionismo “o ecologicamente correto”. Em geral, países mais

desenvolvidos que praticam o sistema de produção orgânica de frutas promovem maior apoio aos produtores, ou seja, subsidiam a produção em virtude da menor produtividade, principalmente nas fases iniciais de produção (transição).

O interessante é não tomar, diante de tais suspeitas, medidas restritivas e discriminatórias a toda forma de produtos orgânicos, principalmente frente à exportação. O que parece evidente é que talvez tenhamos de mudar ações e pensamento. Em vez de exportarmos milhões de toneladas de grãos, frutas ou outro produto a um preço razoável, tendo o custo de degradar o ambiente de produção e cada vez mais empobrecermos a longo prazo, passemos a exportar quilos a um preço ao menos equivalente, mas com a consciência de estarmos preservando o nosso ambiente, a saúde

e também a geração futura, que dependerá do sustento da terra.

A área com agricultura orgânica no Brasil está em torno de 100 mil hectares, entretanto é bem maior se considerarmos o sistema de conversão do convencional ao orgânico. Estima-se que o volume comercializado é superior a US\$ 150 milhões, sendo que desses produtos 70% têm como destino a exportação.

Atualmente no país existem vários tipos de produtos orgânicos sendo produzidos em grande parte pelas Regiões Sul e Sudeste. De acordo com a certificadora IBD, de São Paulo, a produção neste sistema concentra-se em cítrus, castanha-de-caju, banana, uva, manga, goiaba e morango.

No sul do Brasil, muitas olerícolas, grãos e frutas como cítrus, uva, pêssego, figo, morango, caqui, quivi e maçã vêm sendo produzidos organicamente e com

sucesso. Em alguns casos, como em relação a uva, pêssego, morango e maçã, a produção está sendo consolidada frente ao mercado consumidor fiel e em expansão.

O que parece justo analisar é que, mais do que praticar técnicas de produção orgânica, é o direito do consumidor de se alimentar de forma sadia e equilibrada e do produtor rural de preservar sua própria saúde, e ambos promoverem a preservação e manutenção de uma agricultura produtiva e sustentável ao longo dos anos.

Carlos Roberto Martins, eng. agr., doutorando em Agronomia, UFPEL/Pelotas, e-mail: marticar@ufpel.tche.br e **Roseli de Mello Farias**, eng. agr., M.Sc., Faculdade de Zootecnia, Veterinária e Agronomia – FZVA/PUCRS, e-mail: roselifarias@bol.com.br.



Assine a revista *Agropecuária Catarinense* – RAC – e tenha informações precisas e seguras para o seu agronegócio. Seja assinante da mais completa e abrangente revista da agropecuária brasileira.

Como ser assinante da *Agropecuária Catarinense*?

É fácil. Basta preencher o cupom abaixo e escolher sua forma preferencial de pagamento.

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____



Revista *Agropecuária Catarinense* – RAC

Caixa Postal 502
88034-901 Florianópolis, SC
Fone: (048) 239-5595, fax: (048) 239-5597
E-mail: rac@epagri.rct-sc.br

- Cheque nominal à Epagri
- Depósito na conta Epagri nº 85020-9 do Banco do Brasil, Agência 3.582-3

É importante enviar, via fax, comprovante de depósito bancário à Epagri.

Preço da assinatura

Um ano: R\$ 15,00
Dois anos: R\$ 28,00
Três anos: R\$ 40,00